

Constituinte não é aceita pelo PDS

O presidente do PDS, senador José Sarney, e os líderes Nelson Marchezan e Aloysio Chaves já tiveram oportunidade de levar ao conhecimento de alguns dos mais importantes líderes oposicionistas que o governo e o regime continuam repelindo a idéia de incluir na emenda Figueiredo um dispositivo convocando uma Assembléia Nacional Constituinte para as eleições de 1986. Argumentam esses círculos importantes do poder que uma Assembléia Constituinte só poderia ser negociada depois de devidamente equacionado o problema da sucessão presidencial, o que afasta qualquer possibilidade de sua inclusão no substitutivo que o senador Aderbal Jurema apresentará como resultado do entendimento do PDS com as Oposições.

Há muito tempo, Governo e regime cristalizaram um sentimento misto de receios e temores em relação a uma Assembléia Nacional Constituinte, ambos preocupados com os riscos de que se venha a elaborar uma Constituição excessivamente liberal, nos mes-

mos moldes daquela que foi formulada na Constituinte de 1946. Além da soberania, de que toda Constituinte se investe, esses setores — segundo informações dos líderes do PDS — temem a facilidade com que se obtém consenso nesse gênero de Assembléia. Antes de tudo, teme-se o quorum de maioria simples para aprovar qualquer matéria, uma característica de toda Constituinte.

Provavelmente informado a respeito desse obstáculo, o jurista Miguel Reale, na conferência que pronunciou para os membros da comissão mista de deputados e senadores que examina a emenda Figueiredo, sugeriu que o quorum de maioria simples fosse transformado em quorum de maioria absoluta na Assembléia Constituinte. Um importante líder político do PDS, bastante ligado ao Palácio, advertia ontem que só haverá possibilidade de negociar a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com as oposições depois de escolhido o futuro presidente da República.